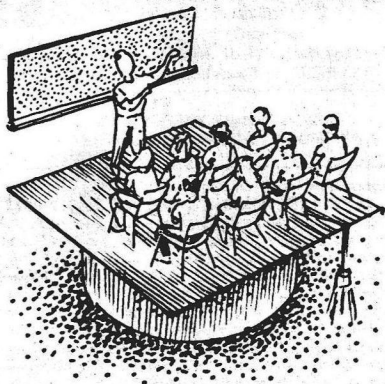


* 7 ABR 1991

Abrindo uma discussão

Educação

A grande contribuição do seminário internacional "Educação, Crescimento e Desigualdade" promovido pelo Banco Mundial (Bird) — que já mereceu comentário nosso — foi sacudir preconceitos arraigados e reavaliar análises dadas como consagradas, que há quase três décadas funcionam como camisa-de-força, limitando o debate sobre os problemas educacionais brasileiros. Um dos estudos apresentados permite evidenciar que o aluno brasileiro, pela qualidade do ensino que recebe, está despreparado para uma convivência minimamente digna com o moderno mundo do trabalho. Outro tema demonstrou que durante nove anos a impressionante montanha de verbas públicas destinadas à Educação não produziu mobilidade social alguma; ao contrário, confirmou tendência à paralisia, senão ao declínio, mesmo nos que conseguiram ultrapassar a barreira dos quatro anos de escolaridade formal. O verdadeiro tema



do seminário foi a caracterização da Educação nacional como o grande ventre em que se gera a injustiça social. Parte considerável da responsabilidade por essa injustiça, para muitos, fica por conta da gratuidade do ensino nas universidades públicas. Convém sempre repetir que 70% dos recursos do MEC são gastos no terceiro grau e nas universidades federais o custo aluno/ano é 20 vezes maior que no primeiro grau. Esses dados presentes, cabe olhar a realidade.

É preciso lembrar que a Constituição determina que cabe aos Estados e municípios a atuação prioritária no ensino fundamental. A Carta Magna fixa as porcentagens orçamentárias mínimas obrigatórias. Se isso não é cumprido, se é cumprido mal ou se deve ir tudo para a tutela da União, cabe à sociedade e aos partidos pressionar o Congresso para que assim seja e os Tribunais de Contas para que fiscalizem. Depois, convém não misturar alhos com bugalhos. Educação, como Saúde, é "coisa cara", e é uma das responsabilidades indeclináveis do Estado, antes de mais nada porque a sociedade inteira se beneficia do gasto racionalmente feito. No Primeiro Mundo, as mensalidades não cobrem todos os custos; no máximo, cerca de 20%. A questão, no Brasil, é determinar quem pode pagar. E que comece a fazê-lo!

Nesse ponto o seminário do Bird foi produtivo. Uma proposta razoável foi que os alunos que fizeram seus estudos

no segundo grau na rede particular, adquirindo um potencial de competitividade bem maior que aqueles que passaram pela carente escola pública, pagassem a universidade. Outra idéia sensata foi que as bolsas de estudo para os necessitados que tenham bom nível intelectual sejam oferecidas ao aluno e não à universidade: o bom aluno escolheria a sua escola. Sem dúvida, o País só teria a ganhar com a competição entre as escolas superiores para ser procuradas pelos melhores estudantes.

É preciso reconhecer que o custo — alto — do ensino superior só pode ser aceito, num país pobre como o nosso, quando confrontado com os benefícios que produz. O reitor da USP, para ficarmos em um exemplo, nunca recusou aceitar primeiro a idéia de uma avaliação de desempenho da instituição, única maneira de justificar as despesas que faz. As universidades federais por acaso discutem seus custos a partir desse ponto de vista?